

Revista **a** EVOLUÇÃO



Brasil - Angola



Andréia Novais Souto Ribeiro
O professor é o verdadeiro artista, ele faz com que grandes obras de artes apareçam.



LANÇAMENTO

DESTAQUE

O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL DO ALUNO NA REPÚBLICA DE ANGOLA
Prof. Dr. Menezes Clemente Cambinda



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.58>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 58 (abr. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 151 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.58

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternaivo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

08 Educação & Literatura

Mirella Clerici Loayza

10 Palavras e Textos

Willian Terin

11 ENTRE LINHAS E LOUSAS

Bianca de Assis Pirahy

12 DESTAQUE

ANDRÉIA NOVAIS SOUTO RIBEIRO



ARTIGOS

- 1. A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE SUBMISSÃO E NÃO-CONTESTAÇÃO**
Antonio Raimundo Pereira Medrado 19
- 2. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO SETOR PRIVADO E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR**
Constantino João Manuel 27
- 3. ANÁLISE PANORÂMICA SOBRE GOLPE DE ESTADO EM ÁFRICA COMO UM ATENTADO À DEMOCRACIA**
Edson da Conceição Graça 31
- 4. JOGOS VARIADOS (ALÉM DOS PEDAGÓGICOS) COMO ESTRATÉGIA DE DESAFIO PROPICIANDO INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO**
Fátima Cristina Moraes da Silva Soares 39
- 5. A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFESSORES - UM INSTRUMENTO PARA A MELHORIA NA ACTUAÇÃO DOCENTE**
Fernando Massi Argentino 47
- 6. INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA**
Josefa Bezerra de Meneses 61
- 7. A SAÚDE DO PROFESSOR EM QUESTÃO: PRIORIDADE OU NEGLIGÊNCIA NAS ESCOLAS?**
Luzinete Bispo dos Santos 69
- 8. CONFLITOS E MEDIAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR: UM OLHAR À LUZ DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE LUANDA**
Manuel Paulo Chamorro 79
- 9. PREVENÇÃO DE CÂNCER DE PELE NA ADOLESCÊNCIA**
Marilena Wackler 91
- 10. O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL DO ALUNO NA REPÚBLICA DE ANGOLA**
Menezes Clemente Cambinda 97
- 11. UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SEGUNDO ADULTO REFERÊNCIA NA INCLUSÃO NAS CLASSES REGULARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO**
Mirella Clerici Loayza 107
- 12. IMPLICAÇÕES DA PRÁTICA DE GESTÃO RECURSOS HUMANOS NO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS**
Sebastião Avelino Ferreira Fernando 115
- 13. O OLHAR DA INFÂNCIA: FOTOGRAFIA E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Solange Alves Gomes Zaghi 119
- 14. REFLEXÕES SOBRE OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA**
Tavares dos Santos Muhongo 125
- 15. BRINCADEIRAS TRADICIONAIS E A METODOLOGIA PIKLER PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**
Thais Maranhão Pereira Rodrigues 137
- 16. COMPREENDENDO A PSICOLOGIA COMPARADA: UM CONTRIBUTO À FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS**
Wilder Dala Quinjango 145



**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres





INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JOSEFA BEZERRA DE MENESES¹

RESUMO: O presente artigo, baseado em pesquisas, tem como objetivo analisar a importância da inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede básica de educação. O objetivo é entender como essa inclusão está sendo implementada, segundo autores relevantes, que defendem a prática inclusiva educacional desde a primeira infância, e como essa prática promove equidade e uma sociedade mais inclusiva. A pesquisa abrange diversas leituras e investigações sobre prática inclusiva que respeita as diferenças e estimula o desenvolvimento pleno de todas as crianças, avaliando as estratégias pedagógicas diferenciadas e a colaboração entre professores, profissionais de apoio e a família, como cruciais ferramentas para o sucesso de todo o processo inclusivo, e como essa parceria contribui para o desenvolvimento, social e pessoal, dos alunos com Síndrome de Down, destacando o desafio relacionado a uma visão de diversidade respeitosa, que interrompe estereótipos e preconceitos.

Palavras-chave: Acolhimento; Acesso; Educação Infantil; Práticas Inclusivas; Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil aborda diversas áreas de impacto e aperfeiçoamento nas práticas inclusivas, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral desses alunos. Ao ingressarem na Educação Infantil, essas crianças encontram um ambiente que favorece o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e emocionais, estabelecendo uma base sólida para o aprendizado futuro.

O estudo ressalta a importância do desenvolvimento integral, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores, e sugere uma abordagem pedagógica que seja adaptada às necessidades individuais de cada

criança. Também enfatiza a relevância da formação continuada dos educadores, capacitando-os a lidar com a diversidade e a implementar práticas inclusivas.

A colaboração entre a escola, a família e os profissionais de apoio são fundamentais para facilitar a inclusão, criando um ambiente de suporte e troca de experiências. Ademais, a adequação do espaço físico e dos materiais didáticos é crucial para garantir a participação completa dos alunos.

Por último, a pesquisa defende uma abordagem centrada na criança, reconhecendo suas potencialidades e respeitando seus ritmos de aprendizagem individuais, promovendo um ambiente que valorize as conquistas de cada aluno. Em síntese, a pesquisa oferece

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera de São Paulo. Licenciada em Artes Visuais pela Faculdade Paulista de Comunicação Campos Salles. Pós-graduada em Educação Inclusiva e Docência no Ensino Superior Lato Sensu em Nível de Especialização pela Faculdade Paulista de Comunicação Campos Salles. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

contribuições significativas para aprimorar as práticas educacionais inclusivas, enriquecendo o debate e apresentando diretrizes para uma educação mais inclusiva e justa.

A SÍNDROME DE DOWN

Conforme Mendes (2001), a Síndrome de Down é caracterizada por uma alteração cromossômica que ocorre especificamente no cromossomo 21, resultando na presença de um cromossomo adicional, formando um trio em vez de um par, o que leva ao termo "trisomia do 21".

Assim, a Síndrome de Down, do ponto de vista genético, é definida como um cromossomo cuja condição clínica global é causada por um desequilíbrio na constituição cromossômica, caracterizando a trissomia (SCHWARTZMAN, 1999). Nesse contexto, Mendes (2001) explica que a alteração ocorre durante o desenvolvimento da criança, conferindo-lhe características distintas tanto físicas quanto cognitivas.

Além disso, Mendes (2001) observa que a medicina utiliza outros termos para se referir à Síndrome de Down, como "trisomia simples", que se refere à alteração apenas no par 21, e "mosaicismo", que se aplica a casos em que há variação nas células, resultando em contagens de cromossomos entre 46 e 47. É importante destacar que a trissomia simples representa mais de 98% dos casos, enquanto o mosaicismo corresponde a apenas 2%. Silva e Dessen (2005) reiteram mostrando que por muito tempo os indivíduos com Síndrome de Down foram chamados de mongoloide, uma vez que os traços faciais se assemelham às pessoas da Mongólia. No entanto, por ser considerado um termo preconceituoso, aos poucos foi substituído por esta nova denominação que, por sua vez, homenageia John Langdon Haydon Down, médico e pesquisador responsável pela descoberta da Síndrome.

Schwartzman (1999) aponta que a Síndrome de Down está frequentemente associada a gestações tardias, com mulheres acima de 34 anos apresentando maior risco, pois

os óvulos tendem a envelhecer biologicamente nesta fase, aumentando a probabilidade de alterações genéticas durante a fertilização. É relevante mencionar que, com os avanços tecnológicos, é possível diagnosticar a Síndrome de Down ainda durante a gestação. Inicialmente, o médico pode identificar características incomuns por meio de ultrassonografias morfológicas realizadas rotineiramente ao longo dos trimestres. Entre os sinais que podem indicar a presença da Síndrome de Down durante a gestação, incluem-se a alteração na translucência nucal, que se refere à medida da região da nuca, anomalias na medida do osso nasal, e modificações no desenvolvimento cerebral e na coluna vertebral (MANTOAN, 2007).

Após a detecção destas características, a gestante é encaminhada para exames mais específicos, que são capazes de detectar geneticamente a existência da alteração. Há exames como a Amniocentese e biópsia do vilos corial, que analisam o líquido amniótico e passam informações mais consistentes no que tange ao desenvolvimento da criança e a existência ou não da Síndrome trissomia (SCHWARTZMAN, 1999).

Embora represente um pequeno risco de aborto, uma vez que se trata de um exame invasivo, é comumente solicitado para que as famílias possuam o diagnóstico precocemente e possam se preparar emocionalmente para receber a criança, além de adquirir informações essenciais para garantir a qualidade de vida trissomia (SCWARTZAN, 1999).

Após o nascimento, as crianças demonstram dificuldade na mamada, pela sucção precária, bem como deglutição. Os reflexos também são diminuídos e verificados logo após o parto, pois sentem dificuldade ou até mesmo não conseguem flexionar os quadris.

No campo físico, destacam-se o diâmetro fronto-occipital pequeno, os olhos puxados, nariz pequeno e achatado, pescoço curto, geralmente com uma prega palmar, clinodactyly no 5º dedo das mãos, distância entre o 1º e 2º dedo dos pés e hipotonia evidente na língua, que representa a falta de tônus muscular. Já no

campo cognitivo, as crianças apresentam atraso no desenvolvimento e deficiência intelectual (SILVA E DESSEN, 2005).

Além disso, o desenvolvimento motor tende a ser prejudicado, uma vez que as crianças apresentam mais lentidão no caminhar, que normalmente acontece entre 18 e 36 meses e não entre 12 e 24 meses como acontece com indivíduos não acometidos por síndromes (MENDES, 2001).

Já no campo cognitivo, as crianças apresentam atraso no desenvolvimento e deficiência intelectual, que somadas às dificuldades com linguagem, audição, visão, evidenciam que o indivíduo precisa de acompanhamento para que desenvolva suas capacidades mentais (SILVA E DESSEN, 2005).

É comum observar estudantes com Síndrome de Down com dificuldades com a memória curta auditiva; dificuldades com a linguagem e fala; dificuldades sensoriais com a audição e visão; dificuldade em generalizar de uma situação ou lugar para outro; forte consciência e percepção visual e habilidades de aprendizagem visual; atraso na coordenação motora grossa e fina; e dificuldade de processamento auditivo (SILVA E DESSEN, 2005, p. 10).

Assim, importante ressaltar que a idade cronológica dos indivíduos com Síndrome de Down é diferente da funcional, e isto se dá por conta de lesões no sistema nervoso. A criança com síndrome de Down têm idade cronológica diferente da idade funcional, desta forma, não devemos esperar uma resposta idêntica à resposta das crianças sem a síndrome. Esta deficiência decorre de lesões cerebrais e desajustes funcionais do sistema nervoso. O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246).

Sendo assim, pensando no processo de aprendizagem, é preciso encontrar ferramentas que trabalhem linguagem, percepção, além do esquema corporal para que o indivíduo se desenvolva em harmonia considerando as limitações provenientes da alteração cromossômica (MORIN, 2004).

Schwartzman (1999) mostra que é muito comum que crianças com Síndrome de Down em fase de escolarização possuem dificuldade na fixação dos conteúdos devido ao comprometimento da memória, o que indica a necessidade de recursos que façam do processo de ensino aprendizagem uma construção diária, prazerosa e efetiva, completamente diferente do sistema de ensino tradicional, que exige que a criança memorize inúmeros conteúdos de forma mecanicista. Mendes (2001) complementa afirmando que é preciso que a escola desenvolva um trabalho diferenciado com estas crianças, através de profissionais altamente preparados, uma vez que há a necessidade de direcionamento, estratégias adequadas e mediação constante, já que estes alunos possuem dificuldades na resolução de problemas.

Outras deficiências que acometem a criança Down e implicam dificuldades ao desenvolvimento da aprendizagem são: alterações auditivas e visuais; incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar sequências. Estas dificuldades ocorrem principalmente porque a imaturidade nervosa e não mielinização das fibras pode dificultar funções mentais como: habilidade para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material apreendido e transferência na aprendizagem. As deficiências e debilidades destas funções dificultam principalmente as atividades escolares (SCHWARTZMAN, 1999, p. 247) O referido autor também afirma que os indivíduos com Síndrome de Down possuem características que beneficiam o

desenvolvimento, tais como sensibilidade, espontaneidade e desinibição (SASSAKI, 1999).

“Não há um padrão estereotipado previsível nas crianças com Síndrome de Down e o desenvolvimento da inteligência não depende exclusivamente da alteração cromossômica, mas é também influenciada por estímulos provenientes do meio” (SCHWARTZMAN, 1999, p. 270). Uma pessoa com Síndrome de Down é muito mais que sua carga genética, é um organismo que funciona como um todo, e a genética é só uma possibilidade. Esse modo de funcionar como um todo, pode compensar inclusive sua carga genética, mediante processos de desenvolvimento, quando melhoram os contextos em que a pessoa vive bem com a família, com o mundo social e na escola (MENDES, 2001, p. 123).

Sendo assim, independentemente das alterações citadas na literatura, é essencial considerar as especificidades de cada criança com Síndrome de Down, pois suas capacidades mentais variam amplamente. O professor deve ter um olhar sensível e desenvolver estratégias personalizadas, focando nas potencialidades em vez das limitações de cada criança.

A ESCOLA INCLUSIVA

A educação de alunos com deficiência em salas regulares tem sido objeto de pesquisa e debate, resultando na criação de políticas para a inclusão, visando sua implementação efetiva. Contudo, essa inclusão frequentemente ocorre sem o suporte necessário, especialmente no que tange à formação dos professores, que muitas vezes não estão adequadamente preparados para desempenhar essa função essencial e, por conseguinte, acabam trabalhando apenas com base em conhecimentos superficiais (CARVALHO, 2007).

Antes de sugerir atividades pedagógicas, é fundamental que a escola e o professor reconheçam e respeitem as particularidades de cada criança. Uma instituição inclusiva deve servir de modelo para a sociedade, acolhendo todas as crianças e promovendo as adaptações

necessárias para assegurar os direitos de cada uma delas. Esse processo demanda da escola novos métodos de ensino e aprendizagem, que emergem de uma transformação tanto da instituição quanto dos educadores, visando reduzir o conservadorismo nas práticas pedagógicas e adequar a educação às necessidades de todos os alunos, independentemente de terem deficiência ou não (MONTEIRO, 2011).

Conforme Carvalho (2007), a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares é um processo que deve se desenvolver de maneira gradual. Trata-se de uma mudança de paradigma em uma cultura que não está habituada a lidar com a diversidade, e essa transformação precisa ser alcançada passo a passo. Dentro desse contexto gradual, uma das mudanças mais significativas está na postura do professor em sala de aula. A falta de formação adequada dos professores pode levar à atribuição de mais limitações aos alunos do que aquelas que realmente apresentam, resultando em um desenvolvimento em um ambiente negativo, o que prejudica o desempenho e o crescimento da criança (BUENO, 1999).

Entretanto, a responsabilidade pela inclusão não deve recair apenas sobre os professores. A equipe gestora também precisa ser devidamente preparada para facilitar esse processo, pois, embora o professor atue diretamente na sala de aula, ele requer apoio para atender todos os alunos. Ademais, é importante destacar os princípios da Gestão Democrática, que envolvem a participação da família no processo educacional. No contexto da inclusão, cada criança possui características únicas, mesmo que compartilhem a mesma deficiência, e somente a família, por conhecer bem a criança, pode ajudar o professor a compreendê-la e integrá-la em seu universo (MENDES, 2001).

Os responsáveis devem ser aliados da escola no cumprimento das diretrizes, reconhecendo que nem todas as questões podem ser resolvidas em sala de aula.

Certamente, alguns casos demandam a colaboração de outros profissionais, como fonoaudiólogos para aprimorar a fala ou psicólogos e psiquiatras para ajudar com comportamentos, e os responsáveis pela criança devem estar comprometidos em apoiar esse processo (ARTIOLI, 2006).

Schirmer (2007) e Costa (2007) ao discutirem o modelo de escola inclusiva, ressaltam que suas principais características são o respeito, a aceitação e a confiança nas capacidades de cada aluno, com ou sem deficiência, proporcionando uma educação de qualidade e livre de preconceitos. O ambiente escolar deve ser agradável, prazeroso e confortável para que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham condições de aprender e desenvolver de forma a superar os medos e desafios que encontram ao longo do dia, auxiliando então a encontrarem meios facilitadores do processo de ensino aprendizagem e locomoção (COSTA, 2007, p. 55)

Em relação às práticas pedagógicas, autores como Praça (2011), defendem a inserção das brincadeiras para potencializar a proposta de inclusão com Síndrome de Down, uma vez que se pode usar da ludicidade, para realizar experiências diversificadas, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um para que o sucesso na aprendizagem desses alunos seja alcançado.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

A criança com Síndrome de Down apresenta um desenvolvimento cognitivo mais lento e uma capacidade de memorização reduzida. Atividades lúdicas, como brincadeiras e jogos, podem proporcionar um ambiente de aprendizagem eficaz, utilizando a linguagem natural da criança e tornando o processo mais leve, dinâmico e eficaz. Conforme Rau (2011), o conceito de "lúdico" refere-se a ações que geram prazer durante a sua realização, como brincadeiras e jogos. Assim, por meio da ludicidade, o indivíduo tem a oportunidade de socializar, interagir, refletir e se tornar mais

crítico, além de expandir sua visão de mundo, desenvolver a linguagem e a criatividade. A satisfação pessoal, que é fundamental para um desenvolvimento efetivo e uma aprendizagem transformadora, não deve ser negligenciada. Neste contexto, percebe-se a importância da educação lúdica na formação global do indivíduo, bem como o para a socialização da criatividade, das diversas linguagens, sendo fundamental na formação integral do ser humano. Se for dada a possibilidade à criança de brincar na sala de aula, entendendo essa ação como um ato educativo certamente terá o resgate da própria essência de interagir (KISHIMOTO, 2015, p. 34).

Kishimoto (2015) evidencia que a ludicidade é fundamental para o desenvolvimento individual e processo educativo, pois através desta linguagem que a criança passa a se interessar pelo aprendizado, com atenção, construindo conhecimento através dos mais diferentes papéis sociais possíveis. A atividade lúdica é especificamente humana, mediada pela linguagem e por instrumentos materiais, sendo social por natureza, porque somente existe na condição de interação social. Por meio dela, a criança conhece e transforma os modos simbólicos, material e humano criativamente. (PRAÇA, 2011, p. 32).

É importante ressaltar que o educador envolvido na inclusão deve ter a sensibilidade necessária para despertar a curiosidade, apresentar desafios e reconhecer os interesses de seus alunos. Quando a sala de aula oferece oportunidades para que as crianças associem aprendizado e diversão, isso liga a aprendizagem ao conhecimento, à descoberta e à construção do saber, tornando-a significativa (FRIEDMANN, 2014). Além disso, considerando que esses estudantes podem apresentar dificuldades na coordenação motora devido à hipotonia, é crucial empregar recursos que favoreçam o desenvolvimento psicomotor (JESUS, 2005). Nesse sentido, atividades lúdicas podem ser integradas a exercícios físicos, danças, gincanas e ações artísticas, como pintura e colagem, que não apenas estimulam a sensibilidade dessas

crianças, mas também ajudam a aprimorar a coordenação motora fina, a concentração e a atenção, entre outros aspectos (MENDES, 2001).

Schwartzman (1999) aponta que, dado que essas crianças enfrentam desafios em memorização e linguagem, o trabalho com musicalização pode ser essencial para o desenvolvimento cognitivo. A música utilizada como uma ferramenta pedagógica, voltada para a alfabetização, facilita para o resgate cultural e construção do conhecimento infantil (FERREIRA, 2008). Focando nas práticas pedagógicas, pode-se afirmar que, através de atividades que conectam objetos a sons, o educador consegue identificar nas crianças habilidades de memória auditiva, observação, discriminação e reconhecimento sonoro, permitindo uma abordagem mais direcionada nas áreas visual, auditiva e escrita (FERREIRA, 2008). Bréscia (2003, p. 60) enfatiza que “[...] a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de impactar positivamente a aprendizagem em matemática, leitura e outras habilidades linguísticas nas crianças.” Trabalhar com as letras das músicas, seus sons e contextos histórico-culturais enriquece a abordagem pedagógica, permitindo que o aluno estabeleça uma conexão com a sociedade e compreenda a música nesse contexto (ANNUNZIATO, 2003).

Nesse sentido, a leitura de poemas, textos ou letras de canções antes e depois da audição da música facilita a integração de aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos em crianças com Síndrome de Down, promovendo a interação e a comunicação social (BRÉSCIA, 2003).

Adicionalmente, é essencial organizar os grupos, reduzir o número de alunos, mediar a interação do professor com o grupo, simplificar as atividades e selecionar materiais e recursos de apoio, para que as crianças possam participar ativamente de todas as atividades, desenvolvendo sua autonomia moral e intelectual em conjunto com os demais alunos (BUENO, 1999).

A avaliação deve ser individualizada, criteriosa e abrangente para cada criança, com as informações e orientações sendo compartilhadas pelas instituições durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico, com o objetivo de buscar estratégias que favoreçam a aprendizagem da criança. Portanto, é fundamental que o professor registre as dificuldades e potencialidades de cada aluno.

Crianças com Síndrome de Down costumam apresentar respostas mais lentas, o que demanda que se ofereça mais tempo para que elas se expressem e realizem as atividades. Assim, os recursos pedagógicos devem ser planejados e adaptados pela equipe de inclusão, incluindo equipamentos que facilitem a mobilidade escolar.

Frequentemente, as escolas se concentram nas limitações dos alunos, negligenciando suas potencialidades, o que impede o verdadeiro desenvolvimento dessas crianças, limitando-se a atender apenas suas necessidades. Em linha com Almeida (2013), é crucial promover uma mudança na cultura pedagógica e uma reavaliação do Projeto Político.

As adaptações curriculares são garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394/96 e pelas Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001), que orientam adaptações no projeto político pedagógico, no currículo e no nível individual. A criação de um projeto de inclusão deve ser um esforço coletivo, envolvendo a participação de todos e exigindo um trabalho de pesquisa-ação que inclua estudos, debates, avaliações, planejamento e estratégias conjuntas entre professores do ensino regular e especialistas que acompanhem o processo de inclusão, contando com a participação de toda a comunidade escolar (UNICEF, 2000). Almeida (2013), ao analisar a LDB 96, menciona que os professores recebem a formação necessária para integrar alunos com necessidades especiais nas salas de aula comuns durante sua formação superior; no entanto, isso por si só não é suficiente.

A educação inclusiva é frequentemente percebida apenas como uma forma de socialização do aluno, mas as práticas pedagógicas muitas vezes resultam em exclusão, discriminação e isolamento. É crucial superar essas práticas para que a ação educativa se torne um agente de transformação (ARTIOLI, 2006; ARANHA, 2001). Por lei, alunos com necessidades especiais têm o direito de frequentar classes comuns. Esse aumento na matrícula de alunos nas escolas exige investimentos para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento. Assim, os professores devem levar em consideração as diversas necessidades das crianças ao planejar e adaptar atividades, aprimorando o atendimento e integrando novas técnicas ao planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a inclusão escolar é um tema complexo e multifacetado, exigindo um compromisso contínuo de todos os envolvidos no processo educacional. A inserção de crianças com Síndrome de Down e outras necessidades especiais em salas de aula regulares não é apenas um direito, mas também uma oportunidade de enriquecimento mútuo para todos os alunos.

Os obstáculos são variados, incluindo a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de formação contínua para os educadores. No entanto, os benefícios de uma educação inclusiva são inegáveis, promovendo um ambiente de respeito, tolerância e desenvolvimento integral.

A colaboração entre a família e a escola é fundamental para o sucesso da inclusão, assim como o apoio de políticas públicas que garantam os recursos necessários. Investir em uma educação inclusiva desde a infância é uma forma de promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm a chance de aprender e crescer juntos.

Portanto, é fundamental que continuemos a unir esforços, superando barreiras e construindo um futuro em que a inclusão se torne uma realidade acessível a todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.J.M. Reflexo da legislação sobre a educação inclusiva nas escolas públicas e privadas. Direto em ação, Brasília, v.10, n.1, 2013.
- ANNUNZIATO, V. Interagindo com a arte musical. São Paulo, Paulinas, 2003.
- ARANHA, M.S.F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, v. 11, n. 21, mar. 2001.
- ARTIOLI, A.L A educação com alunos com deficiência na classe comum: a visão do professor. Revista Psicologia educacional. n.23 São Paulo: 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil. 2011. Disponível em. Acesso em 03 de março de 2025.
- BUENO, J.G., S. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial, n.5, set. 1999.
- BRÉSCIA, V.L.P. A música e desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Átomo, 2003.
- CARVALHO, V.S. Recursos utilizados na aprendizagem de alunos de classe especial. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: 2007.
- FERREIRA, M. Como usar a música na sala de aula. Música. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FRIEDMANN, A. A arte de brincar. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JESUS, Sonia Cupertino. Inclusão escolar e a educação especial. 2005. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf> > Acesso em: Acesso em 03 de março de 2025.
- KISHIMOTO, T.M. O jogo e a Educação Infantil. 13ª ed. São Paulo: Pioneira, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental. Brasília: MEC, 2007.
- MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva: Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. Marília: UNESP, 2001.
- MONTEIRO, M. S. 2004. A Educação Inclusiva. Disponível em: <www.educacaoonline.pro.br/inclusao>. Acesso em 03 de março de 2025.
- MORIN, E. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PRAÇA, E.T. Uma reflexão acerca da inclusão do aluno autista no ensino regular. Dissertação de mestrado: Mestrado profissional em matemática. Juiz de Fora – Minas Gerais, 2011.
- SASSAKI, R.K. Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SILVA, A. DESSEN, E. Aprendizagem e Síndrome de Down. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a infância, Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, Diversidade e Equidade, 2003, baseado-se em dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Demográfico 2000.



COORDENAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Constantino João Manuel
Edson da Conceição Graça
Fátima Cristina Moraes da Silva Soares
Fernando Massi Argentino
Josefa Bezerra de Meneses
Luzinete Bispo dos Santos
Manuel Paulo Chamorro
Marilena Wackler
Menezes Clemente Cambinda
Mirella Clerici Loayza
Sebastião Avelino Ferreira Fernando
Solange Alves Gomes Zaghi
Tavares dos Santos Muhongo
Thais Maranhão Pereira Rodrigues
Wilder Dala Quinjango

doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.58>



Indexadores: _____



Filiada à: _____



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

